

Cultura e práticas escolares: um olhar a partir das representações sociais

*Juliano Bona**
*Neide de Melo Aguiar Silva***

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir relações entre representações sociais, cultura e práticas escolares, cuja compreensão possa sugerir um olhar mais atento aos saberes sociais que circulam no espaço escolar. O referencial teórico utilizado para analisar essas relações vincula-se à teoria das representações sociais. Três aspectos são analisados neste artigo: o primeiro é a existência de um campo simbólico formado por saberes que circulam na sociedade, os quais são estruturados e compartilhados pelos indivíduos, criando uma realidade familiar em que os sujeitos se reconhecem; o segundo aponta sistemas culturais atuando como sistemas imunológicos, permitindo que novos saberes científicos se difundam de forma heterogênea na sociedade, com alcance aos diferentes espaços sociais, dentre eles o escolar; o terceiro está relacionado ao surgimento de sistemas de referências que se constroem a partir da dialética entre cultura e novos saberes sociais e que atuam como guias das práticas

escolares efetivadas pelos sujeitos no espaço escolar. É possível pontuar, por meio deste estudo, que interações entre representações sociais, cultura e práticas escolares promovem a formação de sistemas de referências que podem ser tomados como base analítica para planejamento e futuras transformações no espaço de ação dos profissionais da educação.

Palavras-chave: Representação social. Cultura. Práticas escolares.

* Graduado em Matemática pela Fundação Universidade Regional de Blumenau. Mestrando em Educação na mesma universidade. E-mail: julianob10@flipp.com.br

** Doutora em Educação Matemática e seus fundamentos filosóficos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora do Programa de Pós-Graduação. Professora Titular da Universidade Regional de Blumenau, com experiência na área de educação, com ênfase em filosofia da educação e da educação matemática. E-mail: nmelo@furb.br

Recebido: 30/09/09 – Aprovado: 15/10/09

Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir sobre relações entre representações sociais, culturas e práticas escolares, levando em consideração o contexto sócio-histórico no qual se concretizam. O social é definido como o espaço onde as pessoas se encontram e envolve desde relações sociais de produção até mecanismos institucionais de várias ordens. Esses locais podem ser as ruas, as praças, os rituais coletivos, ou através das mediações institucionais. (JOVCHELOVITCH, 2000). Nesse espaço em que as pessoas se encontram circulam os mais diferentes saberes, dentre os quais as representações sociais.

A representação social “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. (JODELET, 2001, p. 22). Depois de estruturadas, as representações sociais assumem vida própria, criando uma realidade própria, em que a maioria das pessoas se reconhecem e habitam. “A sociedade possui sua própria estrutura, que não é definida em termos das características dos indivíduos ou apenas nas relações interindividuais, esta estrutura é determinada pelos processos de produção e de consumo, pelos rituais, símbolos, instituições, normas e valores.” (MOSCOVICI, 2003, p. 153).

O corpo social é constituído por vários grupos sociais, que possuem particularidades e cultura própria. A cultura não é um simples artefato, mas uma categoria intelectual, um conceito que

expressa a maneira de viver de um grupo. Cultura representa “o modo de vida de um povo, em que se incluem suas atitudes, valores, crenças, artes, ciências, modos de percepção e hábitos de pensamento e de ação”. (BLACKBURM, 1997, p. 85). A cultura é abordada como um sistema simbólico construído socialmente, por meio do qual as pessoas de um dado grupo pensam, articulam, aprendem e modificam o mundo e a si mesmas. Nesse sentido, as representações sociais podem servir como base para a compreensão da cultura que perpassa os ambientes sociais como um todo.

O espaço escolar é permeado por diferentes culturas, variando em consonância com o contexto social. Existe, acerca do processo educativo, uma série de representações formuladas pelos diferentes grupos sociais e que influenciam suas práticas, as quais dizem respeito à sociedade pretendida, ao sujeito que se quer formar/educar, aos profissionais da educação, aos fins e meios educacionais. Por meio da educação as novas gerações adquirem valores culturais, reproduzem e transformam os códigos sociais de cada sociedade. Assim, não há um processo educativo asséptico de ideologias dominantes, sendo necessária a reflexão sobre o próprio sentido e valor da educação na e para a sociedade. (LUCKESI, 1994).

Nessa conjuntura, este texto discute relações entre representação social, cultura e práticas escolares. Num primeiro momento aborda concepções sobre a teoria das representações sociais, frisando como esses saberes podem criar uma realidade simbólica na qual as pessoas

circulam e se reconhecem como sujeitos. Em seguida, discute a relação entre representação social e cultura, pontuando que a cultura de determinado grupo pode servir como sistema imunológico para os novos saberes sociais. E, para finalizar, apresenta alguns indicativos de que a junção entre esses novos saberes sociais e a cultura cria representações sociais, as quais agem como referência para as práticas escolares dos profissionais da educação.

Sociedade e representações sociais

De que modo o pensamento pode ser considerado como um ambiente social e cultural? Todos estão, individual e coletivamente, cercados por palavras, imagens, ideias e signos que penetram ouvidos e mentes. Essas mensagens circulam na sociedade e atingem a todos, sem que saibam ou tenham consciência imediata de sua aproximação. As pertencças imediatas de determinado grupo ou indivíduo precisam entrar em acordo com a rede de pensamentos sociais. Os fios que ligam os grupos, com suas particularidades culturais, ou os indivíduos à estrutura social são chamados de “representações sociais”.

O conceito de representação social engloba as imagens produzidas na mente e a relação desta imagem com o social. Por várias vezes Moscovici insiste no redimensionamento da relação entre sujeito/sociedade, que fica ainda mais clara quando defende que a representação social deve aproximar os campos

cognitivo e cultural. “Qual a relação que existe entre o sistema cognitivo com o coletivo que a produz? Como se reflete no sujeito social que é portador de seu conteúdo e como se prevalece dele?” (MOSCOVICI, 1978, p. 67).

As representações sociais se mostram como “um conjunto de proposições, reações e avaliações que dizem respeito a determinados pontos emitidos aqui e ali [...] no decurso de uma conversação, pelo coro coletivo em que cada um faz parte”. (MOSCOVICI, 1978, p. 67). Este “coro” nada mais é do que a opinião pública. As proposições, reações ou avaliações estão organizadas de maneira diversa, segundo as culturas, classes e tradições, e constituem tantos universos de opiniões quantas classes, culturas, tradições ou grupos existentes.

As representações sociais são sistemas de interpretação que filtram e influenciam a relação do sujeito com o mundo e com os outros. Têm, por um lado, o poder de organizar as condutas individuais e promover a construção das organizações sociais; por outro, também influenciam em processos variados, tais como a difusão do conhecimento, o desenvolvimento individual e grupal, a definição das identidades pessoais e sociais, as identidades coletivas e as transformações ou conflitos sociais.

Como fenômenos cognitivos, as representações sociais abarcam as pertencças de cada sujeito, com implicações afetivas, normativas, práticas e modelos de conduta; são socialmente inculcadas e transmitidas pela comunidade social na qual se criam e se difundem. É por isso que o estudo de representações sociais é

relevante na compreensão da vida mental individual e coletiva. “Deste ponto de vista, as representações sociais são abordadas concomitantemente como o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e elaboração psíquica e social dessa realidade.” (JODELET, 2001, p. 22).

O ato de representar corresponde a um processo que reporta um sujeito a um objeto, o qual pode ser de várias naturezas, como, por exemplo, uma pessoa, uma ideia, uma teoria; pode ser de natureza imaginária ou mítica. O ato de pensar que caracteriza a relação sujeito/objeto possui diferenças específicas em relação a outros processos mentais, em especial as de ordem conceitual e de perspectivas. A representação mental torna o objeto presente quando ele está ausente, restituindo-o simbolicamente. Para além da relação sujeito/objeto, as representações sociais trazem as marcas do sujeito, de sua atividade e de suas relações com o outro. Esses aspectos remetem às características de construção e autonomia das representações, que comportam três etapas consecutivas e interdependentes: a representação como reconstrução do objeto, a interpretação do objeto e a expressão dos sujeitos.

Os fenômenos com que se ocupa a teoria das representações sociais exigem um conjunto organizado de proposições que deem conta de explicar por que e como tais fenômenos sociais funcionam. Portanto, explicam por que alguns fenômenos sociais são efetivados em alguns grupos e como servem às funções identificadas, ou seja, como determinado

saber se constitui e se dinamiza. As representações sociais são tomadas como fenômenos que devem ser eles próprios explicados. Assim, o papel da teoria das representações sociais é provocar uma espécie de cisão do átomo, a fim de desvelar as estruturas e os mecanismos internos dos saberes sociais. (SÁ, 1996).

Para que se tenha uma visão interna das representações sociais, Moscovici defende que são compostas por uma estrutura de dupla natureza: conceitual e figurativa. A representação é “um processo que torna o conceito e a percepção de certo modo intercambiáveis, uma vez que se engendram reciprocamente”. (MOSCOVICI, 1978, p. 57).

A representação segue, por um lado, a linha de pensamento conceitual, ou seja, aplica-se a um objeto que não está presente, dando-lhe um sentido, simbolizando-o. Por outro lado, a maneira como o real é percebido leva a que este objeto seja recuperado, tornando-se tangível, presente. Esse processo é responsável pela transformação do que é tomado do real e o que é reenviado para o real. “deixando entrever que a representação de um objeto é uma representação diferente do objeto.” (MOSCOVICI, 1978, p. 58).

De fato, representar uma coisa, um estado, não consiste simplesmente em desdobrá-lo, replicá-lo, modificar-lhe o texto. A comunicação que se estabelece entre conceito e percepção, um penetrando no outro, transformando a substância concreta comum, cria a impressão de “realidade”, de materialidade das abstrações, visto que podemos agir com elas, e de abstração das materialidades, porquanto exprimem uma

ordem precisa. Essas constelações intelectuais, uma vez fixadas, fazem-nos esquecer que são obra nossa, que têm um começo e que terão um fim, que a sua existência no exterior ostenta a marca de uma passagem pelo interior do psiquismo individual e social. (MOSCOVICI, 1978, p. 58).

“A estrutura de cada representação tem duas faces tão pouco dissonantes quanto a página da frente e o verso de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica.” (MOSCOVICI 1978, p. 65). Dessa configuração estrutural das representações podemos extrair seus processos formadores. Há a duplicação de um sentido por uma figura, onde se dá materialidade a um objeto abstrato, ou seja, o processo de objetivação, e a duplicação de uma figura por um sentido, pela qual se fornece um contexto inteligível ao objeto, isto é, o processo de ancoragem.

Ancoragem é um processo que transforma algo estranho em familiar no próprio sistema de categorias. É como ancorar um bote perdido em uma lagoa, em pontos sinalizados do espaço social. “Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras.” (MOSCOVICI, 2003, p. 61). Quando alguém ou alguma coisa é colocada em uma das categorias estocadas na memória, é estabelecida uma relação positiva ou negativa com ela. Dessa forma, ao dizer que certos personagens, políticos, cientistas ou líderes em geral, são representantes de uma nação, é feita a classificação de outros

políticos ou cientistas em relação a eles. As classificações são feitas comparando pessoas a um protótipo, que a sociedade legitima como modelo, tomado como referência positiva ou negativa.

“Objetivação une a idéia de não familiar com a realidade, torna-se a verdadeira realidade.” (MOSCOVICI, 2003, p. 71). É um processo de materialização de uma abstração, de uma ideia. Para Moscovici, o dizer bíblico encontrado no Evangelho de João, 1:14 – “o verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade” – aglutina a ideia principal da objetivação, que é justamente transformar uma ideia “verbo” num objeto matéria “carne”. Com a objetivação o abstrato torna-se real, “cheio de graça e de verdade”.

A materialização de uma abstração é umas das transformações mais misteriosas do pensamento e da fala. Líderes políticos e intelectuais exploram essa relação com a finalidade de dominar as massas; em outras palavras, lideranças estão focadas no processo de transformar uma representação na realidade da representação, “transformando a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra”. (MOSCOVICI, 2003, p. 71).

Nesse processo de transformar ideias em coisas, as imagens, ideias que têm uma capacidade de serem representadas, são integradas em um padrão denominado núcleo figurativo, como “um complexo de imagens que produz visivelmente um complexo de idéias”. (MOSCOVICI, 2003, p. 72). Depois de aceito e incorporado pela sociedade, as pessoas acham fácil falar sobre tudo que

se relaciona com o núcleo figurativo e, em razão dessa facilidade, as palavras que se referem a ele são usadas mais frequentemente.

As ideias objetivadas vão se transformando em núcleo figurativo e, pelo uso contínuo, quanto mais se apresentam separadas do seu ambiente natural no mundo simbólico, mais o núcleo figurativo adquire uma espécie de vida própria e vai gradualmente sendo separado da pessoa que a verbalizou pela primeira vez. Quando essa separação se efetiva, o núcleo figurativo passa a circular livremente na sociedade, sendo, desse modo, aceito como uma realidade, convencional, mas de qualquer forma uma realidade.

Mas, afinal, por que são criadas as representações sociais? Para Moscovici, trata-se de uma questão muito simples: as representações são criadas para tornar familiar o não familiar. “O propósito de todas as representações é o de transformar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar.” (MOSCOVICI, 2003, p. 78). A rigor, essa proposição remete aos processos de objetivação e ancoragem, em que o desconhecido passa a ser conhecido, reafirmando o status de conhecimento para as representações.

No todo, a dinâmica dos relacionamentos é uma dinâmica de familiarização, onde objetos, indivíduos ou eventos são percebidos e compreendidos em relação a encontros e paradigmas prévios. Como resultado, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo, as imagens sobre a realidade. (MOSCOVICI, apud SÁ, 1996, p. 48).

O esquema básico apresentado pela teoria das representações sociais na construção desse conhecimento diz respeito à gênese das representações, por meio dos processos específicos de objetivação e ancoragem, os quais procuram dar conta da estrutura das representações, levando em consideração seus componentes simbólicos e figurativos. Nesse sentido, as representações podem agir como material de análise no que diz respeito à compreensão e explicação da realidade, na definição da identidade de um dado grupo, na justificação da tomada de posição, na orientação de comportamentos e práticas. Todos esses “repousam em última análise sobre a dinâmica da familiarização que rege os processos formadores das representações”. (SÁ, 1996, p. 48).

O processo de construção das representações sociais remete ao contexto fenomênico das representações e pode ser dividido em três campos de investigação: o primeiro se caracteriza como conhecimento vulgar das ciências popularizadas, no qual as pessoas se transformam em sábios amadores; o segundo é um extenso campo de objetos culturalmente construídos através de uma longa história e seus equivalentes modernos; o terceiro é o das condições e acontecimentos sociais e políticos, no qual as representações que se efetivam têm um curto prazo de vida social. “Estes três campos constituem o que podemos denominar de topografia da mente moderna.” (WAGNER, apud SÁ, 1996, p. 38).

Existem três tipos de representações sociais: hegemônicas, emancipadas e polêmicas. As do tipo hegemônica podem ser partilhadas por todos os membros de determinado grupo altamente estruturado; prevalecem em todas as práticas simbólicas ou afetivas e não são necessariamente criadas pelo grupo; são uniformes e coercitivas, refletindo de certa forma a estabilidade das representações coletivas que os sociólogos franceses, como Dürkheim, tinham em mente.

As representações sociais do tipo emancipadas são consequências da circulação de conhecimentos e ideias pertencentes a subgrupos que se encontram em contato mais ou menos estreito, em que cada grupo cria sua versão e a partilha com os outros; são consideradas emancipadas, com certo grau de autonomia em relação a conteúdos que circulam socialmente; têm função complementar, pois ajudam a interpretar os símbolos que são compartilhados pelo grupo.

As representações sociais ditas “polêmicas” são geradas em momentos de conflito, de controvérsias sociais; são vistas no contexto de luta entre grupos e frequentemente expressadas em termos de um diálogo com um interlocutor imaginário; têm papel preponderante no processo de transformação de ideias circulantes, imagens, palavras e sentidos considerados de propriedade comum nos diversos grupos.

Nesse sentido, o fenômeno das representações sociais se aproxima melhor da realidade social contemporânea do que o tradicional conceito de repre-

sentações coletivas de Durkheim (SÁ, 1996), para quem o objeto de representação é sempre um saber partilhado por grupos ou sociedades inteiras. O conceito apresentado por Moscovici pode ser considerado mais fluido, acompanhando com mais propriedade os movimentos sociais das sociedades modernas e contemporâneas. Desse modo, é conveniente questionar se “tudo” o que constitui o real pode ser considerado representação social. É relevante analisar se todos os objetos do ambiente social, mental e ideal podem ser considerados objetos de representação social por parte de um ou outro grupo, conjunto ou segmento social.

Sá (1996) afirma que não existe representação social de tudo. Pode ser que uma quantidade de objetos sociais dê apenas lugar a uma série de opiniões e imagens relativamente desconhecidas; podem existir objetos sociais que são representados por um determinado grupo, mas não por outros. Determinados grupos podem apenas possuir um conjunto de opiniões, de informações ou imagens acerca deste mesmo objeto, sem que isso se caracterize como uma representação social. Isso também indica que nem todos os grupos têm de participar de alguma representação social que lhes seja própria.

Essas observações fazem emergir as condições que afetam o surgimento de determinadas representações sociais sobre um dado objeto social no âmbito de um determinado grupo. Segundo Vála (2004), elas surgem em consequência de uma grande pluralidade de acontecimentos socioeconômicos e de quadros

de referências e exigências normativas e valorativas. O vetor de força que é responsável pela pluralidade de acontecimentos e que faz surgir diferentes representações sociais sobre o mesmo objeto pode ser modelado. A modelização responde pela dispersão, focalização, pressão e inferência das informações no espaço social.

Pela dispersão é possível observar defasagens quantitativas e qualitativas entre as informações disponíveis e necessárias para a compreensão sólida de um problema ou de um objeto social. As informações que circulam na sociedade são muito ambíguas e nem sempre claramente definidas; além disso, as informações circulantes não atingem os grupos da mesma maneira, levando a que construam sentidos diferentes, dependendo da cultura e das informações que estão disponíveis aos diversos sujeitos.

Pela focalização, os recursos educativos, os interesses profissionais e ideológicos delimitam os indivíduos em diferentes domínios do meio, gerando, assim, representações sociais mais sólidas ou mais fluidas acerca de um dado objeto. Com a pressão e a inferência subsequentes, o ato da constatação de um fenômeno e a necessidade de tomar posição perante esse delimitam ao indivíduo um tempo mínimo. Assim, a posição a ser tomada não pode ser aleatória ou irrefletida; ela deve expressar os interesses pessoais e coletivos.

Os posicionamentos, como integrantes do processo de modelização do objeto e das forças que fazem surgir as representações sociais, exigem recursos para que os grupos possam produzir

opiniões rápidas, conforme estratégias por eles adotadas. Os recursos são, em grande parte, as representações sociais a que o fenômeno em causa faz apelo e que refletem o posicionamento social dos indivíduos em sua relação com o grupo, ou do grupo em relação a outros grupos. (VALA, 2004). Desse modo, reafirma-se a defesa de Moscovici: as representações sociais expressam um modo de conhecimento socialmente construído e partilhado, como produto e como processo norteador do comportamento e das condutas dos grupos sociais.

Representações sociais, cultura e práticas escolares

Com base na reflexão sobre representações sociais, é possível observar que o espaço social é o campo de criação e circulação das representações sociais. Desse modo, é possível observar também relações entre a cultura de um determinado grupo e os novos saberes científicos que podem atingir este espaço.

Moscovici (1978) desenvolveu o estudo fundante da teoria das representações sociais investigando de que maneira a comunidade parisiense atribuía sentidos à psicanálise. Os grupos pesquisados foram os católicos, comunistas e marxistas. Moscovici constatou que esses três segmentos culturais ancoravam esses novos saberes de maneira diferente, apontando para diferentes graus de resistência. Pelas conclusões decorrentes de sua investigação, o autor acentua que o resultado da relação en-

tre os conhecimentos científicos difundidos na sociedade, os quais realimentam a sua estrutura, são constituintes das representações sociais. “As representações sociais são a produção cultural de uma comunidade que tem como um dos seus objetivos resistir a conceitos, conhecimentos e atividades que ameaçam destruir a sua identidade.” (BAUER, 1994, p. 229).

A resistência pode ser considerada um fator criativo, que introduz e mantém heterogeneidade no mundo simbólico de diferentes contextos. A função de resistência pressupõe uma segmentação cultural em diferentes culturas, que mantém sua autonomia às inovações simbólicas que elas não produzem. Esta defesa toma a forma de reapresentação. As reapresentações podem ser consideradas como um sistema imunológico: novas ideias são ancoradas nas existentes, que neutralizam a ameaça. Como é um sistema que hospeda, está sujeito a constantes modificações no decorrer das reapresentações.

A cultura escolar, como expressão dessa construção, funciona como um sistema de âncoras onde os novos saberes serão acomodados. A escola seleciona e transmite, por meio das representações sociais, conhecimentos, valores, hábitos, idéias, tensões e conflitos; no emaranhado de informações produz um espaço de cruzamento entre diferentes conhecimentos e culturas. Pérez Gómez (1998) defende que a escola é um espaço de “cruzamento de culturas”. É no universo escolar que seus atores, sujeitos socioculturais singulares, exercem influências de diferentes culturas e conhe-

cimentos e constituem suas identidades pela via das ideias, dos princípios, normas e práticas objetivadas.

Ao incorporar novos saberes os grupos fazem aparecer sua cultura e, nas relações sociais que estabelecem, influenciam a constituição de diferentes resistências. O processo educacional não acontece desarticulado da cultura; ao contrário, a relação entre educação e cultura é inerente ao processo educativo. Nesse processo, a instituição escolar é também um meio de transmissão das representações sociais que estão vinculadas à cultura de um determinado contexto onde a escola está inserida. Educação e cultura são práticas intimamente entrelaçadas e articuladas numa relação construída no dia a dia das práticas escolares. Tais práticas são guiadas por sistemas de referências, que constituem as representações sociais, construídos no atrito cotidiano entre a cultura escolar e os novos saberes ancorados e reapresentados na escola. Dito de outra forma, a representação social que permeia a cultura dos diversos grupos é uma “modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”. (MOSCOVICI, 1978, p. 26).

A relevância das representações sociais para a cultura reside no fato de possuírem “uma função constitutiva da realidade, da única realidade que conhecíamos por experiência e na qual a maioria das pessoas se movimenta”. (MOSCOVICI, 1978, p. 27). E essa realidade funcional própria da representação social cria, produz e determina com-

portamentos que os indivíduos efetivam no grupo ao qual pertencem. Para Abric (2000, p. 30), as representações sociais desempenham quatro funções essenciais:

Função do saber: Elas permitem compreender a realidade. [...] definem o quadro de referência comum que permite as trocas sociais, a transmissão e a difusão deste saber “ingênuo”. Elas são a manifestação do esforço permanente do homem para compreender e comunicar.

Função identitária: Elas definem a identidade e permite a proteção da especificidade dos grupos. A função identitária das representações assegura, para estas, um lugar primordial nos processos de comparação social. As referências às representações que define a identidade de um grupo terá um papel importante no controle social exercido pela coletividade sobre cada um de seus membros, e, em, especial, nos processos de socialização.

Função de orientação: Elas guiam os comportamentos e as práticas. O sistema de pré-decodificação da realidade, constituído pela representação, é, de fato, um guia para a ação [...]. Ela define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social.

Função justificadora: Elas permitem, a posteriori, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos. Elas intervêm na avaliação da ação, permitindo aos atores explicar e justificar suas condutas em uma situação face a face a seus parceiros.

As práticas educativas, por sua vez, são instrumentos veiculadores das representações construídas historicamente por uma dada sociedade. As re-

presentações são modelos pessoais de organização dos conhecimentos, valores e concepções sobre um objeto ligado à prática e à expressão social de cada indivíduo. Desse modo, as práticas efetivadas pelos profissionais da educação estão pautadas no senso comum e nas diversas vertentes pedagógicas que surgem no espaço reificado pela ciência. “Quando os indivíduos se questionam sobre fenômenos sociais, [...] acionam as teorias que coletivamente construíram sobre estes mesmos fenômenos, e é no quadro destas teorias que procuram e estruturam as explicações.” (VALA, 2004, p. 481).

Isso não impede que os profissionais que se ocupam da educação e da aprendizagem dos estudantes façam opções pedagógicas, ou seja, assumam um posicionamento sobre objetivos e modos de promover o desenvolvimento e a aprendizagem de sujeitos inseridos em contextos socioculturais e institucionais concretos. (LIBÂNEO, 2005). Pensar e atuar no campo da educação, como atividade social prática de humanização das pessoas, implica responsabilidade social e ética de dizer não apenas o porquê de fazer, mas o quê e como fazer. Isso envolve, necessariamente, uma tomada de posição pela pedagogia. Práticas pedagógicas implicam decisões e ações que envolvem a construção histórica dos sujeitos, requerendo projetos que explicitem direção de sentido da ação educativa e formas explícitas do agir pedagógico.

A principal tarefa dos educadores profissionais preocupados com as práticas educativas é investigar e preocupar-

se com o conteúdo do ato educativo, admitindo sempre, por princípio, que este conteúdo não é simples e possui complexidade. Assim, é necessário que se realizem análises e integração de conceitos de diferentes origens – culturais, psicológicas, econômicas, antropológicas, simbólicas –, porém sem perder de vista a dimensão humanizadora das práticas educativas. (LIBÂNEO, 2005).

Considerações finais

Relações estabelecidas entre representações sociais, cultura e práticas escolares se mostram relevantes principalmente no que se refere à análise do conteúdo de sistemas de referências que guiam as ações dos profissionais da educação. É na dialética entre os novos saberes e a cultura de um determinado grupo que estes sistemas se constituem, formando as representações sociais.

Cada segmento sociocultural tem sistemas de representações próprios sobre diferentes aspectos, os quais as pesquisas em educação frequentemente consideram irrelevantes. Como grupo profissional, os educadores também constroem suas próprias representações, com base nas quais organizam suas práticas e influenciam os alunos, julgando ser o melhor para eles.

A contemporaneidade, marcada por esforços de reinvenção da educação e da instituição pedagógico-educativa, questiona também os fundantes, os valores e métodos que sustentaram a produção da profissão docente. A evolução social e a transformação dos sistemas educativos demandam a revisão dos nortes do

trabalho e do trabalhador da educação, da prática educativa e da formação do educador. Nesse cenário, conhecer representações sociais construídas nos espaços escolares sobre os mais diferentes temas pode auxiliar na definição e resignificação de planos de ação que visem transformar algumas práticas muitas vezes autoritárias.

O saber humano não é homogêneo. Há várias modalidades de saber: o saber científico, o saber popular ou o senso comum, o saber transmitido de geração para geração. O saber é heterogêneo. O mundo organiza os saberes de modos diferentes. Em prejuízo às práticas educativas desenvolvidas no interior da escola, a cultura ocidental pouco reconhece a diversidade dos saberes e, quando o faz, estabelece uma hierarquia para esses saberes. O saber é radicado na relação. “A realidade humana é uma realidade que se constrói socialmente [...]. Os saberes são construídos a partir das experiências em comunidade, em grupos humanos, em culturas, em sociedades.” (JOVCHELOVITCH, 2001, p. 11).

Educar para a diversidade, com respeito e coerência, requer compreensão dos saberes escolares e da cultura que forma o educador; requer perspectivas de ação interdisciplinar, ou seja, que persigam o objetivo fundamental de interdisciplinaridade, experimentando vivências de uma realidade global inscritas nas experiências cotidianas do aluno, do professor, da comunidade escolar e da sociedade. Na prática, as relações entre cultura, educação e representações sociais podem ser traduzidas em trabalho escolar eminentemente social.

Culture and school practices: a view from social representations

Abstract

This article has the objective of comprehend the relationship between social representations, culture and scholarship practices. This comprehension may suggest a closer look to the social knowledge that circulates on the scholar context. The theoretical references used to analyze these relationships are linked to the Social Representation Theory. There are three aspects analyzed on this article. The first is the existence of a symbolic field formed by social knowledge that circulates on the society. These social knowledge are structured and shared by the individuals creating a familiar cultural reality where the individuals recognize themselves. The second aspect points to a cultural system of certain group that functions as an immunological system to the new scientific knowledge that diffuses itself in a heterogeneous way on the society and reaches the different social spaces, as the scholar context. The third aspect is related to the rising of a reference system that is built from the dialectic between the culture and the new social knowledge, which served as a guide of the scholar practical made by the subjects of the scholar context. Is possible to notice, through this study, that the product of the relation between the new social representations, culture and scholar practices gives form to reference systems that may serve as analytical base to plan

future transformations on the action space of the education professional, actions of transformation originated on the social reality of the subjects.

Key words: Social representation. Culture. Scholarship practices.

Referências

- ABRIC, Jean. Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. *Estudos interdisciplinares de representação social*. 2. ed. rev. Goiânia: AB Ed. 2000. 307 p.
- BAUER, Martin. A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função da resistência das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho. *Textos em representações sociais*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. Trad. de Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Cultura e pesquisa*. Representações sociais: saberes sociais e polifasia cognitiva. Blumenau: FURB/PPGE, 2001. (EduCadernos, caderno, 2).
- _____. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LIBANEO, Jose Carlos. *Adeus professor, adeus professora?* Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2005. 104p.
- LUCKESI, Carlos. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291p. (Tradução de *La psychanalyse: son image et son public*).

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 404p. (Tradução de *Social representations explorations in social psychology*).

PEREZ GÓMEZ, Angel. *La cultura escolar en la sociedad neoliberal*. Madrid: Morata, 1998.

SÁ, Celso Pereira. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.

VALA, Jorge. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: _____. *Psicologia social*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas, 2004.